



CEB Distribuição S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CEB Distribuição S.A.
Brasília - DF

Revisamos o balanço patrimonial da CEB Distribuição S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfases

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o assunto divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, referente aos faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como aos valores relativos aos encargos por pagamentos em atraso, que não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica “Contas a receber”, cujo saldo, em 31 de março de 2013, totaliza R\$ 109,9 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de

cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador final, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.5. As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo acima foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, em decorrência da mudança de política contábil relacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e ao saldo de abertura da demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.


Outros assuntos


Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, apresentada como informação suplementar, uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado nem pelas normas internacionais. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base nesses procedimentos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6


Francesco Luigi Celso
Contador CRC 1SP175348/O-5


Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2



***Informações contábeis intermediárias em
31 de março de 2013***



Informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 e 2012

Conteúdo	Página
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	9

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.03.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	Passivo	Nota	31.03.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.087	48.925	Fornecedores	14	183.391	171.696
Contas a receber	5	240.793	301.698	Tributos e contribuições sociais	16	72.968	92.530
Créditos com empregados		1.785	761	Contribuição de iluminação pública	17	65.722	45.299
Tributos e contribuições sociais compensáveis	7	18.024	16.635	Empréstimos e financiamentos	15	97.558	86.307
Estoques		8.151	7.525	Benefícios a empregados	22	63.439	56.124
Outros créditos	6	32.951	20.631	Consumidores		9.826	10.259
Total do circulante		<u>326.791</u>	<u>396.175</u>	Provisões e encargos sobre folha de pagamento	18	20.930	24.513
				Encargos do consumidor a recolher		1.492	15.749
Não circulante				Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	24.437	24.560
Realizável a longo prazo				Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	20	8.432	3.673
Contas a receber	5	97.775	98.461	Obrigações Societárias		4.371	4.371
Tributos e contribuições sociais compensáveis	7	8.897	8.897	Outras obrigações	21	11.861	19.891
Ativo financeiro de concessões	10	633.457	622.486	Total do circulante		<u>564.427</u>	<u>554.972</u>
Cauções e depósitos vinculados	8	2.617	2.585	Não circulante			
Bens e direitos destinados a venda	9	1.713	1.713	Tributos e contribuições sociais	16	36.726	36.727
Outros créditos	6	694	559	Empréstimos e financiamentos	15	206.004	224.108
Total do não circulante		<u>745.153</u>	<u>734.701</u>	Benefícios a empregados	22	393.560	328.920
Propriedades para Investimento				Superávit de baixa renda	23	91.942	90.447
Imobilizado	12	78.414	77.954	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	20	41.796	41.253
Intangível	13	188.917	180.069	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	21.913	19.434
Total do não circulante		<u>1.286.884</u>	<u>1.267.124</u>	Outras obrigações	21	7.833	8.356
Total do ativo		<u><u>1.613.675</u></u>	<u><u>1.663.299</u></u>	Total do não circulante		<u>799.774</u>	<u>749.245</u>
				Patrimônio líquido	24		
				Capital social realizado		580.532	580.532
				Prejuízos acumulados		(331.058)	(221.450)
				Total do patrimônio líquido		<u>249.474</u>	<u>359.082</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.613.675</u></u>	<u><u>1.663.299</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações de resultados

Período de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas	31.03.2013	31.03.2012
Receita líquida	26.a	360.868	341.938
Custo do serviço de energia elétrica	26.b	<u>(343.735)</u>	<u>(293.444)</u>
Custo com energia elétrica		(266.138)	(223.886)
Custo de operação		(77.597)	(69.558)
Lucro bruto		<u>17.133</u>	<u>48.494</u>
Despesas operacionais	26.c	<u>(45.958)</u>	<u>(19.300)</u>
Despesas com vendas		(16.097)	(2.414)
Despesas gerais e administrativas		(29.075)	(28.375)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(786)	11.489
Resultado do serviço		<u>(28.825)</u>	<u>29.194</u>
Resultado financeiro	26.d	<u>(4.966)</u>	<u>(9.397)</u>
Receitas financeiras		7.449	9.952
Despesas financeiras		(12.415)	(19.349)
Lucro líquido (prejuízo) antes da CSLL e do IRPJ		<u>(33.791)</u>	<u>19.797</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	(53)	(6.234)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	16	-	1.607
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>(33.844)</u>	<u>15.170</u>
Lucro (prejuízo) por ações		(0,058)	0,043

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações de resultados abrangentes**Período de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012***(Em milhares de Reais)*

	31.03.2013	31.03.2012
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(33.844)</u>	<u>15.170</u>
Ganhos/(Perdas) atuariais sobre Planos de Benefício Definido	(75.764)	-
Resultado abrangente do período	<u><u>(109.608)</u></u>	<u><u>15.170</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social realizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo rerepresentado em 01.01.2012	2.3	350.532	(162.570)	187.962
Lucro líquido do período			15.170	15.170
Saldo em 31 de março de 2012		<u>350.532</u>	<u>(147.400)</u>	<u>203.132</u>

	Notas	Capital social realizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo rerepresentado em 31.12.2012	2.3	580.532	(221.450)	359.082
Prejuízo do período			(33.844)	(33.844)
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefício Definido	20		(75.764)	(75.764)
Saldo em 31 de março de 2013		<u>580.532</u>	<u>(331.058)</u>	<u>249.474</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012 - Método direto

(Em milhares de Reais)

	31.03.2013	31.03.2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de consumidores	563.443	524.655
Rendimento de aplicações	107	76
Juros pagos	(6.517)	(11.008)
Fornecedores - Materiais e serviços	(47.460)	(50.981)
Fornecedores - Energia elétrica	(281.227)	(238.653)
Salários e encargos sociais	(63.653)	(53.842)
Impostos e contribuições	(131.774)	(125.373)
Contribuição de Iluminação Pública (CIP)	(16.000)	(21.521)
Encargos do consumidor	(14.760)	(42.988)
Outros encargos operacionais	(3.227)	(11.706)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.068)</u>	<u>(31.341)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienação de imóvel	-	17.907
Aquisição de ativos financeiros da concessão, intangíveis e imobilizados	(16.281)	(9.317)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(16.281)</u>	<u>8.590</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	16.000	32.143
Serviço da dívida - principal	(22.489)	(17.607)
Adiantamento para aumento de capital	-	9.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(6.489)</u>	<u>23.536</u>
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.838)</u>	<u>785</u>
Saldo de caixa no início do período	48.925	26.339
Saldo de caixa no final do período	<u>25.087</u>	<u>27.124</u>

Demonstrações do valor adicionado

Período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31.03.2013	31.03.2012
Receitas	508.610	553.311
Vendas e serviços	469.298	498.817
Provisão crédito liquidação duvidosa	(1.653)	10.287
Receita de construção - concessão	40.983	31.232
Ganhos e Perdas de Capital no Imobilizado	-	12.982
Outros resultados operacionais	(18)	(7)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	336.693	287.883
Custo de energia elétrica	266.138	223.886
Custo de construção - Concessão	40.983	31.232
Material	909	1.443
Serviço de terceiros	24.639	26.745
Provisões/reversões (exceto PDD)	4.520	1.717
Outros	(496)	2.860
(=) Valor adicionado bruto	171.917	265.428
(-) Retenções (depreciação e amortização)	10.356	9.536
(=) Valor adicionado líquido	161.561	255.892
(+) Valor adicionado recebido em transferência	7.450	9.952
Receitas financeiras	7.450	9.952
(=) Valor adicionado total a distribuir	169.011	265.844
Distribuição do valor adicionado	169.011	265.844
Pessoal e encargos	36.505	32.588
Remunerações	22.348	20.611
Encargos sociais (exceto INSS)	2.927	2.119
Entidade de previdência privada	1.934	1.507
Benefícios	2.908	2.855
Convênio assistencial	6.388	5.496
Governo	153.934	198.737
Impostos e contribuições	141.694	151.029
Federal	47.603	56.072
Estadual e Municipal	94.091	94.957
Obrigações intrassetoriais	12.240	47.708
Financiadores	12.416	19.349
Despesas financeiras	12.416	19.349
Acionistas	(33.844)	15.170
Lucro líquido (prejuízo) do período	(33.844)	15.170

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo social e informações gerais sobre a Companhia e a concessão

A CEB Distribuição S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora da Companhia.

A CEB Distribuição S.A. é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

1.2 Informações sobre a concessão

A Companhia é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por prazo adicional de, no máximo, 30 anos, nos termos do referido contrato de concessão.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações dependem de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo perante ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.

- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais conseqüências de seu descumprimento.
- x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.
- xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.
- xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.
- xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.
- xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.
- xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias.

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo poder concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A última revisão tarifária ocorreu em 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

1.3 Medida Provisória nº 579, Decreto Lei nº 7.805 e Lei 12.783/12

O Governo Federal oficializou por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. A ANEEL, com o objetivo de atender as determinações contidas na referida Lei, realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE em janeiro de 2013, sendo que o efeito médio para os consumidores residenciais de baixa tensão da RTE da CEB D foi de 18,11%. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram de 15% a 22%.

Para a CEB D a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

Em 5 de outubro de 2012, a 89ª Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da CEB Distribuição S.A. o acionista único (Companhia Energética de Brasília – CEB), representando a totalidade do seu capital social, deliberou, por unanimidade, pela ratificação dos termos constantes da Carta nº 267/2012-DD, de 29 de junho de 2012, subscrita pelo Diretor-Geral da CEB Distribuição e dirigida à Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no que concerne ao pedido de prorrogação do Contrato de Concessão nº 66/1999, de 26 de agosto de 1999, firmado com a União por intermédio da ANEEL, conforme disposto no §2º do Decreto nº 7.805/2012.

Por meio da Carta nº 367/2012-DD, de 05 de outubro de 2012, a CEB Distribuição S.A. apresentou à ANEEL requerimento de Prorrogação da Concessão de Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Distrito Federal.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a Companhia deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

1.4 Revisão Tarifária Extraordinária- RTE

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB Distribuição, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

1.5 Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na recuperação de perdas técnicas e comerciais, na implantação do resultado dos estudos para a eficiência empresarial, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação do seu planejamento, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal (GDF), serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Em consonância com o esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber em atraso. Estão em andamento ações em conjunto com a Secretaria da Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB D e, após definido o montante atual da dívida, buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos, quando for o caso.

A Administração da CEB D vem centrando todas as suas atenções e esforços na recuperação da Companhia em conjunto com a acionista Companhia Energética de Brasília – CEB e o majoritário da CEB, Governo do Distrito Federal – GDF. O apoio na recuperação técnica e financeira da Companhia é demonstrado a partir dos recursos aportados em razão do Termo de Compromisso de Subscrição de Ações originário de ato resolutivo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do suporte à gestão da CEB D.

Os resultados operacionais da CEB D se apresentam positivamente. A Administração tem reduzido o endividamento ao longo dos anos. Novas linhas têm sido buscadas para substituírem empréstimos/financiamentos, de forma a convergir na redução de encargos financeiros.

Ainda relativamente ao tema, a Administração da CEB D estabeleceu, em cumprimento ao seu Plano de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição, consolidado no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, compromissos de realizar investimentos estruturantes de forma a garantir energia elétrica com qualidade e confiabilidade exigida para a Capital do País, com o conseqüente retorno financeiro ao seu acionista.

Como forma de garantir o cumprimento do plano de obras e de outras ações, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2015, composto por onze programas estratégicos, cujo objetivo é perseguir a excelência operacional e os mecanismos de gestão da Companhia. Os programas estratégicos definidos são:

1. Melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.
2. Melhorar o Atendimento.
3. Melhorar a Imagem Institucional.
4. Reduzir os níveis de Perdas.
5. Acompanhar processos relevantes no âmbito da Regulação.
6. Implementar a Gestão de Ativos.
7. Aumentar a Receita.

8. Reduzir a Despesa.
9. Desenvolver compromisso com as Pessoas.
10. Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento.
11. Desenvolver Responsabilidade Social e Ambiental.

No intuito de se obter o compromisso com o atingimento dos objetivos, foram definidas metas e prazos para os indicadores dos programas estratégicos, desdobrando-os em planos de ações assumidos pela CEB D.

Para o gerenciamento e acompanhamento desses projetos e ainda a avaliação dos processos de trabalho atuais de desenvolvimento de novas oportunidades de alavancas financeiras, a Companhia contratou empresa de consultoria técnica externa. O trabalho está em desenvolvimento e abrange toda a cadeia de planejamento e investimentos, incluindo a contabilização dos valores no ativo patrimonial da empresa.

O plano de ação está sendo executado pelos gerentes de projeto, com a participação da Direção da Companhia, fortalecendo a cadeia de controle do plano e o compromisso com seus resultados.

Assim, com o compromisso de recuperar a empresa distribuidora da Capital Federal, a Administração, o acionista CEB e o GDF corroboram com revitalização econômico-financeira e técnica-operacional com vistas à perenidade da CEB D.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o Pronunciamento Técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21(R1), que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

A autorização para a emissão das informações contábeis intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 17 de maio de 2013.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ativo financeiro de concessão, (Nota Explicativa nº 10), contas a receber por fornecimento de energia, registradas com base em estimativa do fornecimento ainda não faturado, os ativos não circulantes destinados à alienação (Nota Explicativa nº 9), a provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5c), o cálculo das depreciações do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12a), as amortizações dos ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 13a), as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios (Nota Explicativa nº 20), avaliação de eventual obrigação decorrente de benefícios a empregados (Nota Explicativa nº 22) e outras provisões. Os

valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas trimestralmente, com exceção das estimativas relacionadas aos benefícios pós-emprego cuja periodicidade é anual.

2.3 *Reapresentação e reclassificação das informações contábeis intermediárias de 31.03.2012 e reapresentação das cifras das demonstrações financeiras de 31.12.2012*

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1, o Pronunciamentos Técnicos CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados deve ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2013. Considerando que a adoção deste pronunciamento é uma mudança de prática contábil, que deve ser adotada de forma retrospectiva conforme CPC 23 (IAS 8), a Companhia está reapresentando, para fins de comparação, os saldos das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2012 e o saldo de 31 de dezembro de 2012.

a) Adoção de novas práticas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2013

Na apresentação das demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e de 01 de janeiro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos da revisão do CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Tais ajustes estão apresentados a seguir:

i. Reapresentação do balanço patrimonial em 31.12.2012:

	31.12.2012 (Publicado)	Ajustes	31.12.2012 (Reapresentado)
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	48.925	-	48.925
Contas a receber	301.698	-	301.698
Créditos com empregados	761	-	761
Tributos e contribuições sociais compensáveis	16.635	-	16.635
Estoques	7.525	-	7.525
Outros créditos	20.631	-	20.631
Total do circulante	<u>396.175</u>	<u>-</u>	<u>396.175</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	98.461	-	98.461
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8.897	-	8.897
Ativo financeiro de concessões	622.486	-	622.486
Cauções e depósitos vinculados	2.585	-	2.585
Bens e direitos destinados a venda	1.713	-	1.713
Outros créditos	559	-	559
	<u>734.701</u>	<u>-</u>	<u>734.701</u>
Propriedades para Investimento	274.400	-	274.400
Imobilizado	77.954	-	77.954
Intangível	180.069	-	180.069
Total do não circulante	<u>1.267.124</u>	<u>-</u>	<u>1.267.124</u>
Total do ativo	<u>1.663.299</u>	<u>-</u>	<u>1.663.299</u>
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	171.696	-	171.696
Tributos e contribuições sociais	92.530	-	92.530
Contribuição de iluminação pública	45.299	-	45.299
Empréstimos e financiamentos	86.307	-	86.307
Benefícios a empregados	56.124	-	56.124
Consumidores	10.259	-	10.259
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	24.513	-	24.513
Encargos do consumidor a recolher	15.749	-	15.749
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24.560	-	24.560
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	3.673	-	3.673
Obrigações Societárias	4.371	-	4.371
Outras obrigações	19.891	-	19.891
Total do circulante	<u>554.972</u>	<u>-</u>	<u>554.972</u>
Não circulante			
Tributos e contribuições sociais	36.727	-	36.727
Empréstimos e financiamentos	224.108	-	224.108
Benefícios a empregados	163.680	165.240	328.920
Superávit de baixa renda	90.447	-	90.447
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	41.253	-	41.253
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19.434	-	19.434
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-
Outras obrigações	8.356	-	8.356
Total do não circulante	<u>584.005</u>	<u>165.240</u>	<u>749.245</u>
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	580.532	-	580.532
Prejuízos acumulados	(56.210)	(165.240)	(56.210)
Total do patrimônio líquido	<u>524.322</u>	<u>(165.240)</u>	<u>524.322</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.663.299</u>	<u>-</u>	<u>1.828.539</u>

i. Reapresentação das demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31.12.2012 e 01.01.2012:

	Capital social realizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2011	350.532	(93.226)	257.306
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefício Definido		(69.344)	(69.344)
Saldo reapresentado em 01.01.2012	<u>350.532</u>	<u>(162.570)</u>	<u>187.962</u>
Lucro líquido do período		15.170	15.170
Saldo em 31 de março de 2012	<u>350.532</u>	<u>(147.400)</u>	<u>203.132</u>

	Capital social realizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2012	580.532	(56.210)	524.322
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefício Definido		(165.240)	(165.240)
Saldo reapresentado em 31.12.2012	<u>580.532</u>	<u>(221.450)</u>	<u>359.082</u>
Prejuízo do período		(33.844)	(33.844)
Ganho/(Perda) Planos de Benefícios Definidos		(75.764)	(75.764)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>580.532</u>	<u>(331.058)</u>	<u>249.474</u>

Considerando que a Companhia adotava o mecanismo “do corredor” até o encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os ganhos e perdas atuariais acumulados e ainda não reconhecidos foram registrados no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, em 1º de janeiro de 2013 e contrapartida do passivo não circulante de obrigações de Benefícios pós-emprego. Os efeitos contábeis conhecidos em relação a esse procedimento nas demonstrações financeiras da Companhia são representados por perdas atuariais acumuladas, cujos valores em 31 de dezembro de 2012, com efeitos em 1º de janeiro de 2013, são os seguintes:

	Plano Previdencial - Benefício Definido	Plano Assistencial – Benefício Definido
Efeitos da eliminação do método do "corredor"	4.816	160.424

Esses valores foram registrados como redução do patrimônio líquido da Companhia como outros resultados abrangentes.

No exercício de 2012, a periodicidade da avaliação atuarial foi anual e não trimestral.

Reclassificação da Demonstração de resultado em 31.03.2012:

Itens	Demonstrativo	31/3/2012	Função/Contas	
			DE	PARA
Recuperação de Perdas	DRE	2.416	Receita Operacional	Outras Receitas(Despesas)
			Líquida	Operacionais
Recuperação de Perdas	DVA	2.416	Receita Operacional	Insumos Adquiridos de terceiros-
			Líquida	Outros
Compensações a Consumidores	DRE	2.115	Despesas Financeiras	Outras Receitas(Despesas)
			Operacionais	
Compensações a Consumidores	DVA	2.115	Despesas Financeiras	Insumos Adquiridos de terceiros-
			Operacionais	Outros
Variação Cambial sobre fatura de energia - Itaipu	DRE	1.431	Despesa Financeira	Receita Financeira
Variação Cambial sobre fatura de energia - Itaipu	DVA	1.431	Despesa Financeira	Receita Financeira
Multas Aplicadas pela ANEEL	DRE	77	Despesas Financeiras	Outras Receitas(Despesas)
			Operacionais	

A receita de recuperação de perdas foi demonstrada na rubrica “Receita operacional líquida” no trimestre findo em 31 de março de 2012, e que para fins de comparabilidade estão reclassificadas para a rubrica “Outras receitas e despesas operacionais”.

As multas aplicadas pela ANEEL e as compensações a consumidores também estão sendo reclassificadas. Estes valores estavam apresentados na rubrica “Despesas financeiras” no trimestre findo em 31 de março de 2012 e para fins de comparabilidade foram reclassificadas para a rubrica “Outras receitas e despesas operacionais”.

O valor da variação cambial sobre faturas de energia elétrica comprada de Itaipu, que estava registrado como “Despesa financeira”, foi reclassificado para a rubrica “Receita financeira” e apresentado pelo valor líquido.

b) Reclassificação da Demonstração do valor adicionado em 31.03.2012:

A receita de recuperação de perdas foi demonstrada na rubrica “Receita – Vendas e Serviços” no trimestre findo em 31 de março de 2012, e que para fins de comparabilidade foi reclassificada para a rubrica “Insumos adquiridos de terceiros – Outros”.

As multas aplicadas pela ANEEL e as compensações a consumidores que foram apresentadas como despesas financeiras no trimestre de 31 de março de 2012, foram reclassificadas para a rubrica “ Insumos Adquiridos de Terceiros – Outros”.

O valor da variação cambial sobre faturas de energia elétrica comprada de Itaipu, que estava registrado como “Despesa financeira” foi reclassificado para a rubrica “Receita financeira” e apresentado pelo valor líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estas informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*”.

A Companhia adotou todas as normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC que entraram em vigor até 31 de dezembro de 2012.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pela nota referente a Benefícios a empregados daquelas demonstrações financeiras, as quais estão sendo reapresentadas conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro emitido pelo CPC.

3.1 *Benefícios a empregados*

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o pronunciamento técnico vigente até 31 de dezembro de 2012 (CPC 33 – Benefícios a Empregados), sendo considerada Patrocinadora destes benefícios.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o referido pronunciamento técnico foi substituído pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e apresenta as seguintes alterações:

- (i) eliminação do “método do corredor”, com reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorreram;
- (ii) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de “juros líquido”, apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido; e
- (iii) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados.

Os efeitos da adoção destes pronunciamentos estão descritos na Nota Explicativa nº 2.3.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

c. Gerenciamento de risco

A Administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração tem na sua Auditoria Interna, no Comitê Executivo - COEX e no Comitê de Planejamento - CPLAN os responsáveis pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e para analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

A Auditoria Interna auxilia a Administração supervisionando o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos. Revisa a adequação da estrutura em relação aos riscos enfrentados. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões de controles e procedimentos de gerenciamento de risco.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de outros instrumentos financeiros ativos (Nota Explicativa nº 5). No que se refere ao contas a receber de clientes, a Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de programas de renegociação de débitos pendentes, negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte no fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente.

Com 74,45% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta forte pulverização do risco de crédito. Para o restante, os maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 23% do consumo total.

ii. Risco de liquidez

A CEB D tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato

ocorrerá em julho de 2015. Assim, as informações contábeis trimestrais dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

iii. *Risco de taxa de juros*

Esse risco é oriundo das flutuações nas taxas de juros com relação aos itens patrimoniais à que está exposta. A Companhia possui passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros, em especial das variações atreladas aos indexadores IGPM, CDI e TJLP. Esses passivos incluem relevantemente os créditos a receber em atraso ou renegociado na data-base do balanço e as obrigações com empréstimos e financiamentos. Vide detalhamento desses encargos na Nota Explicativa nº 16.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado da Companhia. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas, para a qual foram consideradas as seguintes premissas:

- (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2013 seja mantido em 2014;
- (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis;

O impacto no valor da despesa financeira líquida foi analisado em três cenários, conforme a seguir:

- (iii) Para o cenário provável estimou-se o CDI para o ano de 2014 em 7,06% a.a, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 11 de janeiro de 2013. No caso da TJLP atribuiu-se que permaneça a mesma taxa de 5% a.a. determinada pela Resolução nº 4.173, do BACEN, de 20 de dezembro de 2012; e
- (iv) Para o cenário possível e remoto foi considerada uma variação positiva da taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Base	Cenários projetados - 31/03/2014		
		31/3/2013	Provável	Adverso	Remoto
Passivos Financeiros					
Cenário			7%	9%	11%
Empréstimos e Financiamentos	CDI	131.153	140.334	142.629	144.924
Cenário			5%	6%	8%
Empréstimos e Financiamentos	TJLP	102.638	107.770	109.053	110.336
Cenário			5%	6%	7%
Empréstimos e Financiamentos	IGPM	52.389	54.747	55.336	55.925
Exposição		286.180	302.851	307.018	311.185

iv. *Risco cambial*

O risco de taxa de câmbio é decorrente de flutuações do câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Na atividade da Companhia, é considerado risco apenas a exposição cambial relacionada às variações derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. A Companhia mantém constante monitoramento das tendências das taxas de câmbio.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da CEB D.

Com isso, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (IAS 39) a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes na conta – Eletrobrás (Itaipu) em 31/03/2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com variação da taxa de câmbio – média do período (R\$/US\$ 2,02) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2014 do relatório Focus do BACEN de 11/01/2013. Para os cenários possível e remoto, foram consideradas uma variação positiva de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Risco	31/3/2013	Cenários projetados			
		Base (R\$/US\$ 2,02)	Provável (R\$/US\$ 2,01)	Adverso possível 25% (R\$/US\$ 2,53)	Adverso extremo 50% (R\$/US\$ 3,03)	
Passivos Financeiros						
Fornecedores						
	Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	22.636	22.748	28.295	33.954
	Efeitos da variação do dólar			112	5.659	11.318
Exposição			22.636	22.748	28.295	33.954
Efeito líquido da Depreciação Cambial				112	5.659	11.318

v. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é acompanhar o risco operacional de modo a evitar danos à recuperação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
Numerário disponível	22.363	46.242
Aplicações financeiras	<u>2.724</u>	<u>2.683</u>
Total	25.087	48.925

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. CONTAS A RECEBER

a. Composição

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias	<u>322.423</u>	<u>401.493</u>
Serviços prestados a terceiros	11.333	13.577
Títulos de créditos a receber	27.398	27.962
Subtotal	361.154	443.032
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(22.586)	(42.873)
Total	338.568	400.159
Circulante	240.793	301.698
Não Circulante	97.775	98.461

b. Valores a receber por idade de vencimento

Descrição	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31.03.2013	Total 31.12.2012
Classes de Consumidor					
Residencial	21.901	22.572	28.610	73.083	86.077
Industrial	1.874	2.048	2.731	6.653	8.857
Comércio, Serviços e Outros	18.459	10.842	24.954	54.255	65.075
Rural	530	703	2.812	4.045	6.408
Poder Público	7.898	2.829	67.262	77.989	84.079
Iluminação Pública	5.363	714	26.068	32.145	32.552
Serviço Público	5.582	-	1.258	6.840	6.395
Subtotal Consumidores	<u>61.607</u>	<u>39.708</u>	<u>153.695</u>	<u>255.010</u>	<u>289.443</u>
Serviço Taxado	366	303	479	1.148	1.374
Concessionárias e Permissionárias	389	-	1.906	2.295	3.013
Fornecimento Não Faturado				77.036	97.694
Parcelamentos a Faturar CP e LP				7.808	5.998
Acordo CAESB (Nota 4e)				14.305	15.615
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				3.411	29.806
Arrecadação a Classificar				(1.210)	(1.251)
Outros				1.351	1.340
TOTAL	<u>62.362</u>	<u>40.011</u>	<u>156.080</u>	<u>361.154</u>	<u>443.032</u>
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(22.586)	(42.873)
Contas a receber líquido	<u>62.362</u>	<u>40.011</u>	<u>156.080</u>	<u>338.568</u>	<u>400.159</u>

A redução do saldo do Contas a Receber em 31 de março de 2013 foi impactada substancialmente pelos seguintes fatos:

- i. Baixa de contas a receber para perdas no montante de R\$ 21.579 em contrapartida da baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- ii. Redução da receita não faturada motivada pela redução na tarifa em razão da Lei 12.783/2012;
- iii. Arrecadação de R\$ 26.394 referente energia de curto prazo;
- iv. Aumento da arrecadação no trimestre.

c. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

c.1 Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	9.663	16.574
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	676	1.775
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	8.498	18.365
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	517	2.183
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	59.055	59.177
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	25.800	25.846
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	1.231	1.230
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	1.377	1.852
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(84.232)	(84.129)
Total	22.586	42.873

c.2 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31/12/2012	<u>42.873</u>
Adições	1.928
Baixa para perda - Lei 9.430/96	(21.579)
Reversões	(636)
Saldo em 31/03/2013	<u>22.586</u>

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.

No decorrer do trimestre encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia reconheceu como perdas o montante de R\$ 21.579, fruto da conclusão dos ajustes e parametrizações feitos no sistema de faturamento, por fatura, dos consumidores inadimplentes. Outros critérios baseados na referida Lei e determinados pela Administração, estão em fase de adequações e desenvolvimento para num curto prazo serem aplicados.

d. Créditos com o Governo do Distrito Federal

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 109.939 em 31 de março de 2013 (R\$ 103.499 em 31 de dezembro de 2012) compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o GDF por idade de vencimento:

Valores a receber por idade de vencimento

Descrição	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	vencidos de 91 a 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias	Total 31/03/2013	Total 31/12/2012
Governo do Distrito Federal - GDF	21.553	2.021	2.133	84.232	109.939	103.499

Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item seguinte estão excluídos do quadro acima.

e. Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011 a Companhia celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237 mil, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir o montante em 31 de março de 2013:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(11.765)
Ajuste a Valor Presente	(2.167)
Valor do parcelamento em 31/03/2013	14.305
Circulante	6.451
Não Circulante	7.854

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

7. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
Despesas pagas Antecipadamente	3.900	6.473
Fundação de Previdência - FACEB	4.283	2.913
Serviços em Curso (a)	16.348	2.512
Desativações em Curso (b)	5.779	5.562
Pessoal Cedido	2.482	1.577
Outros	853	2.153
Total	33.645	21.190
Circulante	32.951	20.631
Não circulante	694	559

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória, que ainda determina que quando da conclusão dos respectivos

projetos que não caracterizarem como ativo imobilizado deverão por ocasião de seu encerramento serem transferidos para conta do passivo circulante correspondente a cada Programa.

- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, são classificados pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
ICMS	16.365	16.303
IRPJ	6.136	5.413
CSLL	2.887	2.275
Outros	1.533	1.541
Total	<u>26.921</u>	<u>25.532</u>
Circulante	18.024	16.635
Não circulante	<u>8.897</u>	<u>8.897</u>

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

10. BENS E DIREITOS DESTINADOS À VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	31.03.2013	31.12.2012
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	896	896
Terreno	Outros		817	817
			<u>1.713</u>	<u>1.713</u>

O valor justo da propriedade na QI 10 lotes 25 a 38/DF, de acordo com avaliação emitida por empresa terceirizada especializada, é de R\$ 20.412 em novembro de 2012.

11. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	622.486
Adições	11.235
Baixas	(264)
Saldos em 31 de março de 2013	633.457

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

12. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

O saldo de R\$ 274.400, em 31 de março de 2012, refere-se ao investimento em terreno, que não faz parte da atividade operacional da Companhia. É avaliado ao custo.

O valor justo atual desse investimento, de acordo com avaliação emitida por empresa terceirizada especializada, é de R\$ 301.287 em 31 de dezembro de 2012, não havendo, portanto, indicativo de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente seria cumprida após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não houve proponentes, restando deserta a licitação. Considerando não haver atualmente a disposição da Companhia em alienar o referido imóvel, em 31 de dezembro de 2012 o bem foi reclassificado da rubrica “Bens e direitos destinados à venda” para a rubrica Propriedade para Investimento.

13. IMOBILIZADO

a) *Composição do Imobilizado:*

A composição do imobilizado está demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custos	depreciação acumulada	Valor Líquido 31.03.2013	Valor Líquido 31.12.2012
Imobilizado em Serviço					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0 a 4%	5.408	(2.459)	2.949	2.991
Máquinas e Equipamentos	3,3 a 6,7%	25.746	(17.455)	8.291	6.823
Veículos	20%	12.972	(7.960)	5.012	4.685
Móveis e Utensílios	10%	7.280	(2.456)	4.824	4.222
Total Imobilizado em Serviço		51.406	(30.330)	21.076	18.721
Imobilizado em Curso		57.338	-	57.338	59.233
Total do Imobilizado		108.744	(30.330)	78.414	77.954

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

b) Movimentação do Imobilizado:

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.03.2013
<u>Imobilizado em Serviço</u>					
<u>Custo</u>					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.408	-	-	-	5.408
Máquinas e Equipamentos	23.988	1.758	-	-	25.746
Veículos	12.385	587	-	-	12.972
Móveis e Utensílios	6.566	714	-	-	7.280
Total do Imobilizado em Serviço - Custo	48.347	3.059	-	-	51.406
(-) Depreciação					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(2.417)	(42)	-	-	(2.459)
Máquinas e Equipamentos	(17.164)	(291)	-	-	(17.455)
Veículos	(7.699)	(261)	-	-	(7.960)
Móveis e Utensílios	(2.346)	(110)	-	-	(2.456)
Total do Imobilizado em Serviço - Depreciação	(29.626)	(704)	-	-	(30.330)
<u>Imobilizado em Curso</u>					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.078	-	-	-	3.078
Máquinas e Equipamentos	516	2.648	(1.758)	(1.406)	-
Veículos	-	587	(587)	-	-
Móveis e Utensílios	-	2.943	(713)	(2.230)	-
Material em Depósito	53.105	4.527	(5.700)	-	51.932
Adiantamento a Fornecedores	2.534	3.995	(4.643)	-	1.886
Outros	-	541	(99)	-	442
Total do Imobilizado em Curso	59.233	15.241	(13.500)	(3.636)	57.338
Total do ativo Imobilizado	77.954	17.596	(13.500)	(3.636)	78.414

14. INTANGÍVEL

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e conseqüente faturamento aos consumidores.

A Companhia adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos dos empréstimos, líquidos dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 267 (R\$ 740 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

a) Composição do Intangível:

A composição do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Descrição	Custo Histórico	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido 31.03.2013	Valor Líquido 31.12.2012
<u>Intangíveis direito de uso da concessão</u>				
Direito de uso da concessão	261.549	(168.332)	93.217	101.801
(-) Obrigações Especiais (*)	<u>(18.598)</u>	<u>-</u>	<u>(18.598)</u>	<u>(19.890)</u>
Em Serviço	242.951	(168.332)	74.619	81.911
Direito de uso da concessão	193.541	-	193.541	168.166
(-) Obrigações Especiais (*)	<u>(88.162)</u>	<u>-</u>	<u>(88.162)</u>	<u>(78.893)</u>
Em Curso	105.379	-	105.379	89.273
Total do direito de uso da concessão	348.330	(168.332)	179.998	171.184
Outros Intangíveis				
Em serviço	46.644	(40.576)	6.068	6.034
Em curso	<u>2.851</u>	<u>-</u>	<u>2.851</u>	<u>2.851</u>
<u>Total outros Intangíveis</u>	49.495	(40.576)	8.919	8.885
<u>Total dos Intangíveis</u>	<u>397.825</u>	<u>(208.908)</u>	<u>188.917</u>	<u>180.069</u>

(*) **Obrigações vinculadas à concessão** - São representadas pelos valores e/ou bens recebidos de consumidores, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Os valores dessas obrigações foram deduzidos do ativo intangível

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como

uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

Segue a movimentação do ativo intangível:

b) Movimentação do Intangível:

	<u>Direito de uso da concessão</u>		<u>Outros Intangíveis</u>		<u>Total</u>
	<u>Em Serviço</u>	<u>Em Curso</u>	<u>Em Serviço</u>	<u>Em Curso</u>	
Ativo Intangível em 31/12/2012	81.911	89.273	6.034	2.851	180.069
Adições	1.744	41.250	705	41	43.740
Baixas	(51)	(15.876)	-	(41)	(15.968)
Amortização	(10.278)	-	(671)	-	(10.949)
Obrigações Especiais	1.293	(9.268)	-	-	(7.975)
Ativo Itangível em 31/03/2013	74.619	105.379	6.068	2.851	188.917

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

15. FORNECEDORES

A rubrica “Fornecedores - Suprimento de Energia” é composta pelas obrigações com fornecedores relativos a contrato inicial (Itaipu), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão) e contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Livre.

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
Encargos de uso da rede elétrica	4.579	13.103
Suprimento de energia elétrica	132.478	121.223
Materiais e serviços	<u>46.334</u>	<u>37.370</u>
Total	<u>183.391</u>	<u>171.696</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

ENTIDADES	31.03.2013	31.12.2012	GARANTIAS	ENCARGOS
ELETOBRÁS	52.401	60.112	Cessão de Direitos Creditórios	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
Banco do Brasil S.A.(FCO I a IV)	96.233	100.029	Cessão de Direitos Creditórios	Juros de 10% a.a. atualizacão pela TJLP e Bonus de Adimplencia de 15%
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	6.750	7.001	Cessão de Direitos Creditórios	Juros de 4,5% a.m.
Caixa Econômica Federal	132.178	142.960	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal	16.000	313	Cessão de Direitos Creditórios	129% do CDI cetip (durante o período de utilização).
Total Geral	303.562	310.415		
Circulante	97.558	86.307		
Não Circulante	206.004	224.108		

Composição dos empréstimos por indexadores, com a respectiva amortização:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018+	Total
Indexadores							
UFIR/RGR	19.520	13.022	12.574	6.763	348	492	52.719
CDI	49.551	56.792	40.872	-	-	-	147.215
TJLP	13.054	16.086	16.086	16.086	16.086	26.230	103.628
Total por indexador	82.125	85.900	69.532	22.849	16.434	26.722	303.562

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	310.415
Empréstimos e financiamentos obtidos	16.000
Encargos financeiros pagos	(6.517)
Encargos incorridos	6.153
Amortizações de principal	(22.489)
Saldo em 31 de março de 2013	303.562

A Companhia não possui cláusulas de *covenants* nos contratos de empréstimos.

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
ICMS	61.926	75.746
ISS	927	888
IRPJ Diferido	27.005	27.005
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	2.007	2.152
COFINS	3.041	7.199
PIS	660	1.563
CSLL Diferida	9.722	9.722
INSS	3.537	3.720
Outros	869	1.262
Total	109.694	129.257
Circulante	72.968	92.530
Não circulante	36.726	36.727

Demonstramos abaixo a memória de cálculo do imposto de renda e contribuição social no resultado de 31 de março de 2013:

Descrição	31.03.2013		31.03.2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	(33.805)	(33.805)	19.797	19.797
Ajuste RTT (a)	23.230	23.230	2.661	2.661
Adições(exclusões) permanentes	4.315	4.315	12.491	12.491
Adições(exclusões)temporárias	(37.503)	(37.503)	(16.001)	(16.001)
Total	(43.763)	(43.763)	18.948	18.948
(-)Compensação Prejuízo fiscal	-	-	(537)	(537)
Base de Cálculo	(43.763)	(43.763)	18.411	18.411
Alíquota aplicável (*)	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social ajuste 2012	39	14	4.577	1.657
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(1.180)	(426)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social no período	39	14	3.397	1.231

(*) 15% e 10% adicional.

a) O Regime Tributário de Transição (RTT) é um procedimento exclusivamente fiscal utilizado para neutralizar os efeitos tributários decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

17.1 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não registrou os efeitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos créditos não ativados em 31 de março de 2013:

Diferenças Temporárias	IRPJ e CSLL sobre diferenças Temporárias não reconhecidos	
	31.03.2013	31.12.2012
Contingências Regulatórias	11.382	11.176
Contingências Cíveis	2.797	2.637
Contingências Trabalhistas	4.311	1.730
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	1.437	1.437
Devedores Duvidosos	9.095	15.969
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pos-Emprego	81.941	56.182
Total	110.963	89.131

18. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de Iluminação Pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar n° 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- i. Despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública.
- ii. Despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

19. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Descrição	31.03.2013	31/12/2012
Provisao de Férias	8.919	8.965
Abono Assiduidade	6.576	6.815
Contribuições recolhíveis ao INSS	2.968	3.665
FGTS	567	771
Provisao de 13° Salário	1.900	-
Provisao Participação no Resultado *	4.296	4.297
Subtotal	25.226	24.513
Circulante	25.226	24.513
Não Circulante	-	-

* A provisão com participação dos empregados e Administradores no resultado decorre de Acordo Coletivo específico com a entidade sindical.

20. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 de março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Descrição	31.03.2013	31.12.2012
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	407	585
Ministério de Minas e Energia (MME)	203	292
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	14.093	13.496
Programa de Eficiência Energética (PEE)	<u>31.647</u>	<u>29.621</u>
Total	<u>46.350</u>	<u>43.994</u>
Circulante	24.437	24.560
Não Circulante	21.913	19.434

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, com base na opinião de seus procuradores jurídicos, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

a) *Composição:*

Provisões	31.03.2013	31.12.2012
Trabalhistas	5.506	5.160
Cíveis	6.950	6.826
Regulatórias	33.475	32.940
Subtotal	45.931	44.926
Circulante	4.135	3.673
Não circulante	41.796	41.253

b) Movimentação:

Descrição	Saldo em			Atualização	Saldo em
	31.12.2012	Constituição	Baixa/Reversão		31.03.2013
Trabalhistas	5.160	367	(942)	921	5.506
Cíveis	6.826	103	(110)	131	6.950
Regulatórias	32.940	-	-	535	33.475
Total	44.926	470	(1.052)	1.587	45.931

c) Demandas trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

d) Demandas cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

e) Demandas regulatórias

A Companhia vem buscando alternativas nas esferas administrativa, judicial e junto ao Órgão Regulador acerca de autuações por descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

f) **Contingências - Risco possível**

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$ 1.814 em 31 de março de 2013 (R\$ 1.684 em 31 de dezembro 2012).

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31.03.2013	31.12.2012
Parcelamento Multa ANEEL	11.328	12.641
Consignações em Favor de Terceiros	2.754	6.360
Encargos Ex-isolados Lei 12.111/09	-	690
Cauções em Garantia	361	368
Retenção de quotas RGR	724	724
Adiantamento de Clientes	-	3.720
Outras obrigações	4.527	3.744
Total	19.694	28.247
Circulante	11.861	19.891
Não Circulante	7.833	8.356

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a. **Planos de benefícios**

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciais foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB Distribuição S.A. mantém junto à FACEB dois planos previdenciais, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB Distribuição S.A. tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da

despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciais, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

Descrição	31/3/2013	31/12/2012
Plano de Previdência	170.331	98.439
Plano de Assistência	274.390	271.612
Programa de Demissão Voluntária	12.278	14.993
Total	456.999	385.044
Circulante	63.439	56.124
Não Circulante	393.560	328.920

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

Descrição	31/03/2013	31/03/2012
Previdência	3.564	3.559
Assistência	8.453	5.496
Total	12.017	9.055

a.1 Planos Previdencial e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
	2013	2013
Valor presente das obrigações atuariais		
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.236.263)	(271.338)
Custo do serviço corrente	(4.196)	(3.525)
Custo de juros	(27.569)	(8.710)
Ganhos/(Perda) atuariais	(20.747)	809
Benefícios Pagos pelo plano	14.105	8.453
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.274.670)	(274.311)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
	2013	2013
Valor justo dos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.139.775	-
Retorno esperado dos ativos do plano	25.417	
Ganhos/(Perda) atuariais	(55.017)	
Contribuições do empregador	7.096	8.453
Contribuições do participante do plano	2.783	
Benefícios Pagos pelo plano	(14.105)	(8.453)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.105.949	-

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
	2013	2013
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(168.721)	(274.390)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)	-	-
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do período	(168.721)	(274.390)
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(96.488)	(274.390)
Contribuições aportadas no plano	7.095	8.453
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	(75.764)	
Despesas do exercício	(3.564)	(8.453)
(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do período	(168.721)	(274.390)

Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.274.670, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.105.949 resultou em um déficit de R\$ 168.721.

A Companhia adotou o mecanismo do “corredor” até o encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 01 de janeiro de 2013, foram registradas no patrimônio líquido as perdas atuariais acumuladas até 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 4.816. Para o primeiro trimestre de 2013, o plano apresentou uma perda atuarial adicional de R\$ 75.764, motivada pela variação das taxas praticadas no mercado de Títulos Públicos e/ou Privados em março de 2013. Salientamos ainda, que os valores dos Títulos são marcados na curva, o que altera completamente o resultado quando esses ativos são trazidos a valor justo (Valor de Mercado). A perda atuarial do trimestre foi contabilizada tendo como contrapartida a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio Líquido.

Plano Assistencial

Em 31 de dezembro de 2012, as perdas acumuladas ainda não reconhecidas eram de R\$ 160.424. É importante ressaltar que embora o déficit atuarial do plano tenha sofrido uma forte elevação em 2012, em decorrência da redução na taxa de juros (taxa de desconto de longo prazo) e do crescimento dos custos assistenciais entre 2011 e 2012, o passivo calculado naquela data de acordo com as normas vigentes (Pronunciamento Técnico CPC 33) ainda não apresentava tal variação, em decorrência da aplicação do método do “corredor”, que estava gerando uma

expressiva perda acumulada. Com a eliminação do método do “corredor” as perdas atuariais acumuladas até 31 de dezembro de 2012, relativas ao plano assistencial foram reconhecidas no balanço em 01.01.2013 no montante de R\$ 160.424 (Nota Explicativa nº 2.3).

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração de resultados

	<u>Plano</u> <u>Previdenciário</u>	<u>Plano</u> <u>Assistencial</u>
	2013	2013
Valores reconhecidos na DRE		
Custo do serviço corrente	(4.196)	(3.525)
Contribuições dos participantes	2.783	-
Custo de juros	(27.569)	(8.710)
Rendimento esperado dos ativos do plano	25.417	
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	-	(159.615)
Total da (despesas)/receita reconhecida	(3.565)	(171.850)
Total da (despesa)/receita no período	(3.565)	(171.850)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

	<u>Plano</u> <u>Previdenciário</u>	<u>Plano</u> <u>Assistencial</u>
	2013	2013
Composição dos ativos		
Disponível	0,23%	-
Renda Fixa	83,42%	N/A
Renda Variável	8,05%	N/A
Investimentos estruturados	4,85%	N/A
Investimentos Imobiliários	1,09%	N/A
Empréstimos com Participantes	2,36%	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	N/A

a.2 Premissas atuariais

	<u>Plano Previdenciário</u>		<u>Plano Assistencial</u>	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Premissas atuariais adotadas				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	10,20%	10,20%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%		
Tábuas biométricas:				
Mortalidade geral		AT 83 por sexo		AT 83 por sexo
Entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927
Mortalidade de inválidos		IAPC		IAPC
Grupo de dependentes para pensão		Família média regional		Família média regional

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	2,23%	10,43%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	2,23%	10,20%	N/A	N/A

b. Contrato de dívida atuarial *

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de março de 2013:

Descrição	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2012	91.672	28.889	62.783
Amortização no trimestre	(6.809)	(6.809)	-
Atualização no trimestre	3.278	1.065	2.213
Transferências para o circulante	-	9.001	(9.001)
Passivo em 31/03/2013	88.141	32.146	55.995

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo está assim contabilizada:

Descrição	31/3/2013	31/12/2012
Contribuições para o plano	1.610	1.951
contrato de dívida	88.141	91.672
Provisão Atuarial	80.580	4.816
Total	170.331	98.439

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra a.2) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

c. Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

Descrição	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2012	14.993	9.156	5.837
Amortização no trimestre	(2.457)	(2.457)	-
Atualização no trimestre	(258)	-	(258)
Transferências para o circulante	-	1.083	(1.083)
Passivo em 31/03/2013	12.278	7.782	4.496

24. SUPERÁVIT DE BAIXA RENDA

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

No exercício de 2009, foi realizado o montante de R\$ 22.984, relativo ao valor homologado em 26 de agosto de 2008.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(i) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 580.532, dividido em 580.532.450 (quinhentos e oitenta milhões, quinhentos e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

(ii) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A política de distribuição de JCP e dividendos da Companhia está de acordo com o estatuto e com o que determinam os parágrafos a seguir: § 2º “A Diretoria da CEB Distribuição poderá, em obediência à deliberação tomada pelo acionista único, determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e, observando as limitações legais, declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços” e § 3º “A CEB Distribuição, por deliberação do acionista único, poderá pagar os dividendos a título de juros sobre o capital próprio”. A Companhia no exercício de 2012 apurou lucro no valor de R\$ 37.016 e neste primeiro trimestre de 2013, um prejuízo de R\$ 33.844.

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através do resultado do exercício atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia, conforme demonstramos a seguir:

	31.03.2013	31.12.2012
Lucro (prejuízo) do período	(33.844)	37.016
Número médio ponderado de ações ordinárias	580.532	580.532
Resultado por ação	(0,0582)	0,0638

A Companhia, nos períodos não emitiu nenhum instrumento conversível em ação. Assim, não está sendo apresentado o lucro/prejuízo diluído por ação.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB). O controlador final é o Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Apresentamos a seguir o resumo da remuneração dos diretores/conselheiros:

Descrição	31/3/2013	31/3/2012
Remuneração Administradores		
Remuneração	521	516
Encargos	98	105
Total	619	621

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

Descrição		31.03.2013	31.12.2012
Ativos da CEB Distribuição		<u>113.077</u>	<u>105.833</u>
Créditos a receber da Controladora Companhia Energética de Brasília-CEB	a)	1.443	673
Créditos a receber da empresa CEB Geração S.A.	a)	142	124
Créditos a receber da empresa CEB Participação S.A.	a)	61	56
Créditos a receber da empresa CEB Lajeado S.A.	a)	30	31
Créditos a receber da Secretaria de Fazenda do DF	a)	57	28
Créditos a receber da Secretaria Geral do DF	a)	23	11
Créditos a receber da Secretaria de Educação do DF	a)	-	-
Créditos a receber da Terracap	a)	290	290
Créditos a receber da Secretaria de Planejamento do DF	a)	10	3
Créditos a receber da Câmara Legislativa do DF	a)	759	707
Contas a receber de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	b)	109.939	103.499
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CEB Geração S/A	f)	64	69
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Corumbá Concessões S/A	f)	205	270
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Energética Corumbá III	f)	54	72
Passivo da CEB Distribuição		<u>97.261</u>	<u>73.471</u>
Fornecedor Suprimento - CEB Lajeado S.A.	c)	9.851	10.366
Fornecedor Suprimento - Corumbá Concessões S.A.	c)	13.510	10.380
Fornecedor Suprimento - Energética Corumbá III	c)	3.807	3.055
Contribuição Iluminação Pública - GDF	e)	65.722	45.299
Dividendos GDF	g)	4.371	4.371
			<u>31.03.2012</u>
Resultado da CEB Distribuição		<u>(3.273)</u>	<u>(7.025)</u>
Energia comprada para revenda da CEB Lajeado S.A.	c)	(27.611)	(26.860)
Energia comprada para revenda da Corumbá Concessões S.A.	c)	(30.150)	(29.530)
Energia comprada para revenda da Energética Corumbá III	c)	(8.114)	(7.777)
Receita de fornecimento de energia e serviços (GDF)	b)	61.503	55.814
Receita pela Disponibilidade da Rede - CEB Geração S/A	f)	195	195
Receita pela Disponibilidade da Rede - Corumbá Concessões S/A	f)	665	871
Receita pela Disponibilidade da Rede - Energética Corumbá III S/A	f)	228	252
Receita de locação à controladora	d)	11	10

As transações com partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

- a) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB e também a órgãos do Governo do Distrito Federal. As empresas e os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- b) Fornecimento de energia elétrica ao GDF, faturada com base na tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4e.
- c) Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

- d) Contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M.
- e) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar n° 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB D na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.
- f) As empresas CEB Geração S/A, Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da Companhia e pagam pelo seu uso por de tarifas regulamentadas pela ANEEL.
- g) Dividendos oriundos da desverticalização ocorrida em 2006, onde a obrigação do repasse no laudo da desverticalização ficou para a CEB D.

27. DESDOBRAMENTO DE OUTROS ITENS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a. Receita operacional líquida

Descrição	Consumidores *		MWh *		Valor	
	31.03.2013	31.03.2012	01.01.2013 a 31.03.2013	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2013 a 31.03.2013	01.01.2012 a 31.03.2012
Consumidores						
Residencial	797.659	765.846	534.348	493.676	185.134	189.552
Industrial	1.708	1.719	60.948	57.910	21.465	22.559
Comercial	102.640	100.825	489.148	456.381	165.568	163.657
Rural	9.856	9.582	30.349	29.504	6.781	7.976
Poder Público	5.228	5.188	153.249	140.716	50.330	54.979
Iluminação Pública	19	19	99.157	93.451	17.176	17.812
Serviço Público	309	290	95.601	79.063	21.633	18.541
(=)Fornecimento faturado (**)	917.419	883.469	1.462.800	1.350.701	468.087	475.076
Consumo Próprio	47	47	480	451	-	-
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	-	-	-	(20.658)	2.140
Encargo de Capacidade Emergencial					2	-
(=)Fornecimento de Energia Elétrica	917.466	883.516	1.463.280	1.351.152	447.431	477.216
Energia elétrica de curto prazo					9.030	5.195
Disponibilização do Sistema de Distribuição					6.076	9.291
Receita de construção					40.983	31.232
Arrendamentos e Aluguéis					5.640	5.086
Outras receitas e rendas					1.121	2.029
Total da receita operacional					510.281	530.049
Deduções da Receita						
Impostos					(94.091)	(94.957)
ICMS					(93.802)	(94.680)
ISS					(289)	(277)
Contribuições					(43.902)	(46.141)
PIS/PASEP					(7.831)	(8.230)
COFINS					(36.071)	(37.911)
Encargos do Consumidor					(11.420)	(47.013)
Encargo de Capacidade Emergencial					(2)	-
Reserva Global de Reversão - RGR					-	(5.326)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(1.538)	(1.544)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(4.476)	(16.360)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					(3.866)	(21.316)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(1.538)	(1.544)
Outros Encargos					-	(923)
					(149.413)	(188.111)
Receita Operacional Líquida					360.868	341.938

(*) Essas informações não fazem parte do escopo de revisão dos auditores independentes.

(**) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 31 de março de 2013, o valor corresponde a R\$ 47.509 (R\$ 46.686 em 31 de março de 2012).

b. Custo com energia elétrica

Custo com Energia Elétrica	31.03.2013	31.03.2012
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(233.693)	(182.499)
Energia Elétrica Comprada p/ revenda Curto Prazo	(14.776)	(7.965)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(17.669)	(33.422)
Subtotal	(266.138)	(223.886)
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	(17.909)	(17.765)
Entidade de Previdência Privada	(621)	(829)
Material	(666)	(761)
Custo de Construção	(40.983)	(31.232)
Serviço de Terceiros	(6.450)	(7.807)
Depreciação e Amortização	(9.852)	(8.971)
Taxa de Fiscalização Serv. EE	(820)	(695)
Outros Custos	(296)	(1.498)
Subtotal	(77.597)	(69.558)
Total	(343.735)	(293.444)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (iii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (iv) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (v) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

c. Despesas operacionais

c.1) Despesas com vendas

Descrição	31.03.2013	31.03.2012
Pessoal	(3.223)	(2.734)
Material	(14)	(22)
Serviço de Terceiros	(10.685)	(10.772)
Propaganda e Publicidade	-	(224)
Provisão(Reversão) Devedores Duvidos	(1.653)	11.751
Outras Despesas com Vendas	(522)	(413)
Total	(16.097)	(2.414)

c.2) Despesas gerais e administrativas

	31.03.2013	31.03.2012
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal e Administradores	(17.342)	(15.885)
Entidade de Previdência Privada	(1.057)	(678)
Material	(229)	(660)
Serviço de Terceiros	(7.504)	(8.166)
Depreciação e Amortização	(504)	(565)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(2.439)	(2.421)
Total	(29.075)	(28.375)

c.3) Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31.03.2013	31.03.2012
Outras Receitas/Despesas Operacionais		
Outras Receitas	15.888	22.963
Reversões contingências Cíveis e Trabalhistas	1.052	2.097
Reversões Benefício Pós - Emprego	6.770	5.468
Ganho na Alienação de Bens (Terreno e Leilão)	-	12.982
Outras reversões	350	-
Recuperação de perdas	2.397	2.416
Ressarcimentos CCEARs	5.319	-
Outras Despesas	(16.674)	(11.474)
Provisões contingências Cíveis e Trabalhistas	(1.522)	(366)
Provisões contingências regulatórias	(535)	(747)
Provisão Benefício Pós - Emprego	(9.548)	(7.730)
Outras Provisões	(1.086)	(439)
Multa Aneel	-	(77)
Compensação a consumidores	(3.983)	(2.115)
Total	(786)	11.489

d. Resultado financeiro

Descrição	31.03.2013	31.03.2012
Receitas (Despesas) Financeiras		
Receita Financeira		
Acréscimo Moratório em Conta de Energia	3.082	4.496
Varição Cambial sobre Faturas de Energia	396	322
Atualizações Monetárias	1.503	1.424
Multas e penalidades aplicadas	464	713
Rendimentos de Aplicações Financeiras	95	76
Outras Receitas Financeiras	1.909	2.921
Subtotal	7.449	9.952
Despesas Financeiras		
Encargos de Dívidas	(5.694)	(10.483)
Varição Cambial sobre Faturas de Energia	-	-
Atualizações Monetárias	(5.122)	(6.621)
Atualização Benefício Pós Empregos	(1.321)	(2.051)
Outras Despesas Financeiras	(278)	(194)
Subtotal	(12.415)	(19.349)
Total	(4.966)	(9.397)

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Por meio da 97ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2013, a CEB Distribuição acolheu o Parecer do Conselho Fiscal e revogou a 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEB Distribuição S.A., realizada em 26 de fevereiro de 2013, que tratava da redução do capital social e da transferência do terreno localizado no Setor Noroeste para a Companhia Energética de Brasília – CEB, controladora da Companhia.

A motivação para a tomada de decisão foi o impacto relevante no patrimônio líquido da CEB Distribuição S.A., em decorrência dos ajustes conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) efetuados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Brasília-DF, 17 de maio de 2013

Rubem Fonseca Filho
Diretor Geral

Caubi Pereira de Santana
Diretor de Gestão

Edgard Ketelhut Minari
Diretor de Comercialização

Mauro Martinelli Pereira
Diretor de Engenharia

Fábio Tadeu Antonio Batista
Diretor de Operação

Elí Soares Jucá
Diretor Econômico-Financeira

Marly Gomes Araújo
Superintendente Contábil
Contadora CRC/DF nº 007901/O-8

Fernando Rosa Naves
Contador CRC/DF nº 019046/O-3